

O comportamento da economia brasileira no ano que se inicia não deve ser visto como um simples fenômeno conjuntural, reflexo de forças que nos escapam. O que acontecerá no futuro imediato em grande parte será reflexo do que faça o governo, das prioridades implícitas nas políticas econômicas, da eficácia ou inconsistência da ação do Estado.

A recessão de 1981, com sua seqüela de desemprego e de baixa na renda per capita do País, não foi fruto do acaso. A posição de vulnerabilidade externa em que se encontrou o País no ano anterior gerou o nervosismo que está por trás das bruscas mudanças de orientação que produziram um semi-desgoverno. Teria a recessão permitido conter as pressões inflacionárias? Há dúvidas a esse respeito. Os preços do setor manufatureiro, o mais afetado pela recessão, não tiveram um comportamento muito distinto do do ano anterior. Pelo contrário: os setores oligopolistas conseguiram elevar os seus preços relativos dentro da economia. Assim, os preços dos eletrodomésticos cresceram 50 por cento mais rápido que a média dos preços por atacado e os do material de transporte 56 por cento mais (dados relativos aos primeiros 11 meses do ano). Se os preços agrícolas frearam inflação, deve-se isso menos à recessão do que às boas safras dos dois anos anteriores. Caso a próxima safra seja menos favorável do que as anteriores, se se continua a forçar o declínio dos preços relativos do setor é de esperar que ele volte a comportar-se como foco de pressão inflacionária. Convém não esquecer que os preços das máquinas agrícolas mais que duplicaram, em 1981, o aumento dos preços dos produtos da agricultura.

A taxa de crescimento zero imposta ao País em 81 significa não apenas criar desemprego, mas também deixar sem oportunidade de trabalho mais de um milhão de pessoas que se adicionam à oferta de emprego todos os anos. Se se persiste com a política atual de alcançar o equilíbrio da conta corrente da balança de pagamento com terapia monetarista, nenhuma possibilidade existe de absorção do estoque de desemprego. Ao contrário, a massa de desempregados terá que aumentar. Limitado o crescimento da produção industrial, no futuro imediato, a 4 ou 5 por cento e estabilizado o investimento público, a criação de novos empregos será praticamente nula. Não é demais advertir para o formidável problema social que o País terá de enfrentar na segunda metade do decênio como consequência dessa política. Essa conclusão é válida mesmo na hipótese de que o objetivo do governo seja o de equilibrar a conta corrente excluindo destas os juros. A crer nos próprios especialistas do governo, o déficit dos demais serviços se aproximaria de 5 bilhões de dólares em 82. Se adotamos as projeções mais sensatas do aumento do saldo da conta comercial, a absorção desse déficit tomaria de 3 a 4 anos. Medidas recentes do governo, como a redução para três meses dos prazos mínimos dos empréstimos externos, não deixam dúvida sobre o seu propósito de tudo subordinar à captação de liquidez no Exterior.

Mesmo quadro

Não há indicações de que o quadro geral da economia mundial venha a modificar-se significativamente em 1982. Os preços do petróleo poderão sofrer algum declínio em termos reais, mas o governo dos Estados Unidos muito provavelmente persistirá no seu propósito de conter as pressões inflacionárias com instrumentos monetaristas. Se a recessão se prolonga nesse país, o nível do comércio mundial terá de contrair-se, o que exacerba a concorrência internacional e incita ao protecionismo. Caso contrário, serão as taxas de juros que se manterão elevadas, aumentando ainda mais o poder dos grupos financeiros internacionais. Em síntese: um quadro similar ao de 81. É de esperar que as exportações brasileiras continuem a expandir-se, mas a ritmo decrescente, dadas as resistências externas. O crédito brasileiro continuará baixo, o que implica condições onerosas para o roll-over da dívida.

Será que não existe alternativa e teremos necessariamente de chegar ao final do decênio com um imenso exército de desempregados ou subempregados e com uma grande dívida externa, cujo serviço reduzirá sensivelmente a capacidade de investimento de nossa economia? Ou existe alguma forma de entendimento com os grupos financeiros internacionais que nos permita



jornal da tarde

O SEU CADERNO DE PROGRAMAS E LEITURAS

1982

O economista Celso Furtado faz aqui algumas sombrias previsões sobre a economia brasileira em 1982, cujo comportamento, segundo ele, será sempre reflexo da política adotada pelo governo. Pouco otimista é também o professor de Ciência Política Bolívar Lamounier, autor do artigo abaixo.

Ele prevê para o Brasil mais um ano de sacrifícios individuais, sem a atenuante da criação de novas oportunidades. O ministro Delfim Neto foi outro convidado a expressar sua opinião, mas não escreveu seu artigo a tempo.



reorientar o desenvolvimento no sentido de beneficiar a massa da população? A quem interessa que o Brasil seja uma sociedade inviável?

Estima-se que o Brasil necessitará captar no Exterior, em 1982, entre 19 e 20 bilhões de dólares para atender ao serviço da dívida e cobrir o déficit de outros serviços, mesmo que a economia se mantenha em recessão. É do interesse do sistema financeiro internacional que a captação de recursos continue a realizar-se nas condições atuais, ou seja, com comissões crescentes e juros reajustáveis semestralmente. Como esse sistema financeiro tem estado em rápida expansão, a concorrência entre bancos vem facilitando o acesso a novos recursos, repartindo-se melhor o coeficiente de risco entre credores. A recente transferência para bancos árabes de parte da dívida contentou aos bancos norteamericanos, que consideravam haver assumido excessivos riscos no Brasil. De uma posição crítica, conducente a exigir uma renegociação sob a tutela do FMI, esses bancos passaram a considerar saudável a situação brasileira. A rápida expansão dos bancos árabes foi facilitada pelo crescimento considerável do excedente de balanço de pagamentos em conta corrente dos chamados países do Golfo, consequência da brusca elevação dos preços do petróleo em 1979. Não fora o concurso dos bancos árabes, empenhados em abrir-se um espaço no sistema financeiro internacional, e o Brasil provavelmente já teria sido forçado a renegociar sua dívida em condições de despreparo similares às que conheceu a Turquia em 1977.

Situação de iliquidez

Ninguém medianamente informado ig-

nora que os trunfos com que poderíamos contar para uma renegociação foram gastos no empenho de ocultar a gravidade da situação e ganhar tempo. Não nos iludamos: apanhando-nos despreparados, os poderosos interesses da finança internacional procurarão dar ao caso do Brasil um caráter de exemplaridade, a fim de submeter mais facilmente a seus ditames os demais países do Terceiro Mundo. O que está em jogo é o futuro da ordem econômica internacional e o papel que nela continuam a desempenhar as sociedades transnacionais. Se o País enfrenta uma situação de iliquidez, o que, ao nível atual das reservas (três meses de importações), pode ser produzido por uma conjunção de circunstâncias desfavoráveis, terá de confrontar-se com o conjunto dos países credores, secretariados pela OCDE, com as agências internacionais capitaneadas pelo FMI, com as centenas de bancos do mercado do eurocrédito e com as dezenas de milhares de fornecedores não munidos de garantias. A experiência tem demonstrado que, não obstante a forte concorrência entre bancos, todas essas instâncias se articulam quando se trata de enfrentar um devedor inadimplente. As experiências recentes do Peru e do Zaire estão aí para nos recordar.

Mas a questão essencial não se coloca ao nível dos credores e sim de nós mesmos. Com que meios contamos para enfrentar essa situação? No Brasil o governo intervém demasiado nas atividades econômicas, mas controla pobremente o sistema econômico. A inépcia no controle do sistema tem levado o governo a intervir de forma cada vez mais desordenada, o que dificulta a vida das empresas e de outros agentes com responsabilidade direta na produção. A hiper-

inflação que sofremos reflete a incoerência ou inépcia das políticas monetária, creditícia e fiscal, mas não devemos perder de vista que profundas distorções foram introduzidas no sistema produtivo por investimentos que sobrepassam a capacidade de financiamento do País e pela ausência de medidas compensatórias oportunas em face das bruscas elevações dos preços do petróleo importado. Esses fatores estruturais estão na raiz do desequilíbrio externo e dos altos custos que inviabilizam certas atividades produtivas e geram inflação.

Uma política alternativa somente será possível se se recupera a capacidade operativa dos órgãos de coordenação e controle da economia. É porque não dispõe dessa capacidade que o governo, em face das pressões inflacionárias, apela para a recessão, impondo maiores sacrifícios ao povo e comprometendo o futuro do País. Com efeito: como falar de política monetária se o controle da massa monetária escapa ao Banco Central, por quanto a caça de recursos externos por parte do governo coloca as empresas que têm crédito no Exterior em situação de poder gerar internamente a liquidez de que necessitam, e o giro descontrolado da dívida pública interna impede o Banco Central de administrar os meios de pagamento? E como aceitar a perda de autonomia com respeito a essa coisa essencial que é o custo do dinheiro? Se não há controle do mercado de dinheiro tampouco poderá haver do mercado de capitais. E isso é extremamente grave num país com escassez crônica de poupança como é o nosso.

Os capitais que se invertem na economia brasileira são, em sua quase totalidade, gerados no próprio país. Mesmo num perío-

do de aceleração do crescimento, como foi 1968-73, a contribuição da poupança externa para o financiamento do investimento real (excluída acumulação de reservas de divisas) não terá superado 2 por cento do PIB. Ademais, grande parte da poupança forma-se entre nós compulsoriamente. Sendo assim, como justificar que as taxas de juros do mercado de dinheiro se atrelam às do mercado internacional? Tanto mais que esse mercado não reflete a oferta de liquidez nas praças internacionais, e sim o que decidem as autoridades monetárias dos Estados Unidos.

A situação presente criou tais privilégios para intermediação financeira que a participação desta na renda nacional já se equipara à do setor agrícola, da qual deriva seu meio de vida quase metade da população. Compreende-se, portanto, que os empresários industriais de todo o País consideram neste momento que o maior problema com que se defrontam é a subida vertiginosa dos encargos financeiros.

Ainda no campo da política monetária, é imprescindível restituir ao Banco Central a capacidade de realizar operações do open market que influenciem efetivamente e na forma desejada o grau de liquidez da economia. Para isso faz-se necessário consolidar grande parte da dívida flutuante, canalizando os recursos para aplicações de mais longo prazo. Nas condições presentes, em que a alta das taxas de juros é forçada pelo governo para atrair capitais especulativos do Exterior, o mercado de dinheiro transformou-se num instrumento privilegiado de captação do excedente e de concentração da renda. Os balanços das empresas mais circunspectas informam que é especulando nesse mercado que se pode obter um alto nível de rentabilidade. Ora, o mercado de dinheiro não cria recursos reais. A riqueza que aí se obtém é subtraída aos milhões de agentes produtivos vitimados pela inflação.

Conseqüência daninha da inflação de custos financeiros é a pressão para que o governo crie subsídios de tipo fiscal ou creditício, gerando outras distorções e realimentando a inflação.

Posição frágil

A recuperação dos instrumentos de política econômica é condição necessária se pretendemos afrontar com êxito problemas de fundo como são a atual dependência da economia com respeito a insumos importados, a insuficiência na geração de poupança e a canalização de parte crescente desta para o financiamento do consumo privado conspicuo. Um esforço para modificar a matriz estrutural nessas linhas é necessário se queremos redirecionar o desenvolvimento no sentido de intensificar a criação de emprego e satisfazer as necessidades básicas da população. Somente a definição de uma política global a médio e longo prazos, com vistas a reforçar os centros de decisão internos e atacar de frente os problemas sociais que afligem o País, poderá colocar-nos em posição menos frágil que a atual para renegociar as condições de pagamento do enorme débito externo. Essa renegociação deve iniciar-se no plano oficial. Não tanto em razão da importância relativa desse grupo de credores (representam menos de 10 por cento do total) mas à causa do interesse que têm os governos dos grandes países capitalistas em evitar turbulências incontroláveis nos mercados financeiros internacionais. Não é demais recordar que o monte dos recursos que cambela anualmente o Brasil nesses mercados é equivalente ao total dos créditos que os referidos países dedicam oficialmente ao conjunto do Terceiro Mundo. A forma como seja conduzida a negociação no plano político definirá a autoridade que será reconhecida ao Brasil na negociação subsequente com os banqueiros privados. Também não é demais lembrar que os bancos que operam no eurocrédito não têm por trás de si nenhuma linha de apoio e que os recursos de que dispõe o FMI (incluídas as "facilidades ampliadas") são reconhecedamente insuficientes para evitar uma crise no sistema financeiro internacional, caso o Brasil seja forçado a suspender pagamentos. Por último, convém não perder de vista que essa será uma confrontação em que estará em jogo nossa autonomia de decisão para definir as prioridades de nosso desenvolvimento e para preservar o controle das riquezas não renováveis do País. Seu êxito dependerá em boa medida da legitimidade do governo e da credibilidade dos que falem em nome do Brasil.